



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA TIPO DA PROPOSIÇÃO: PLP NÚMERO: 424 ANO: 2014

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

Aumento de despesa - União estados municípios
 SIM Diminuição de receita - União estados municípios
 NÃO

1.1. Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

Aumento de despesa. Quais?
 SIM Implica diminuição de receita. Quais?
 Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
 NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprime o aumento de despesa ou diminuição de receita?

SIM (Emenda nº) NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

SIM NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

SIM NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

SIM NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

SIM NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:

4. Outras observações:

O Projeto de Lei Complementar nº 424, de 2014, objetiva alterar a redação do caput do art. 5º e do §1º do art. 7º, ambos da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que instituiu o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal-FUNAPOL.

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/08-CFT.



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

A alteração proposta no art. 5º da Lei Complementar nº 89/97 visa possibilitar a destinação de até 30% da receita total do FUNAPOL para custeio das despesas com deslocamento e manutenção de servidores, policiais ou não, em operações oficiais relacionadas às atividades-fim da Polícia Federal. Atualmente, a redação do art. 5º só permite a destinação desses recursos para os policiais.

Estender a possibilidade de custeio das despesas com deslocamento e manutenção dos demais servidores, respeitando-se o mesmo teto de 30% da receita total já aplicado na legislação vigente, não ocasiona incremento de despesa da União.

O projeto também propõe a modificação do § 1º do art. 7º da LC 89/97. Pela redação da proposição, os valores arrecadados pelo fundo “serão aplicados exclusivamente no custeio e na manutenção das atividades da Polícia Federal, no âmbito de suas responsabilidades institucionais, vedado o seu contingenciamento”. A redação vigente da lei dispõe que os recursos disponíveis do FUNAPOL serão aplicados na aquisição de títulos federais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com o intuito de assegurar a estabilidade das finanças públicas, trata em seção específica sobre a execução orçamentária e o cumprimento de metas fiscais.

A fim de evitar o descompasso entre a arrecadação e o gasto, e possibilitar o cumprimento das metas de resultados fiscais estabelecidos na LDO, a LRF prevê o mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, cujos critérios são fixados pelas leis de diretrizes orçamentárias.

Porém, nem todas as despesas podem ser contingenciadas. A LRF exclui do corte as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Nada impede, portanto, que uma lei complementar vede o contingenciamento da aplicação dos recursos arrecadados pelo FUNAPOL, já que outras despesas continuarão passíveis de limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de risco de descumprimento das metas de resultados fiscais.

Brasília, 16 de novembro de 2015.

Tiago Mota Avelar Almeida
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira